

## **Portaria nº 113, de 29 de dezembro de 1995**

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24, incisos I e III da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial GM/Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989, tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965<sup>1</sup> e considerando a necessidade de disciplinar a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, resolve:

**Art. 1º.** A exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea, que tenha como objetivo principal a obtenção econômica de produtos florestais, somente será permitida através de manejo florestal sustentável.

**Parágrafo único.** Entende-se por manejo florestal sustentável a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo.

**Art. 2º.** A execução do manejo de que trata o artigo anterior somente será permitida através de Plano de Manejo Florestal Sustentável — PMFS, de acordo com regulamentação estabelecida pelo Ibama, através de Câmara Técnica a ser instituída pelas suas Superintendências Estaduais — Supes e obedecidos os seguintes princípios gerais e fundamentos técnicos:

### **I — Princípios Gerais:**

- a)* conservação dos recursos naturais;
- b)* conservação da estrutura da floresta e de suas funções;
- c)* manutenção da diversidade biológica; e
- d)* desenvolvimento sócio-econômico da região.

---

<sup>1</sup> Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág. 60, neste Tema.

## II — Fundamentos Técnicos:

- a) levantamento criterioso dos recursos disponíveis a fim de assegurar a confiabilidade das informações pertinentes;
- b) caracterização da estrutura e do sítio florestal;
- c) identificação, análise e controle dos impactos ambientais, atendendo à legislação pertinente;
- d) viabilidade técnico-econômica e análise das consequências sociais;
- e) procedimentos de exploração florestal que minimizem os danos sobre o ecossistema;
- f) existência de estoque remanescente do recurso que garanta a produção sustentada da floresta;
- g) adoção de sistema silvicultural adequado; e
- h) uso de técnicas apropriadas de plantio, sempre que necessário.

§ 1º. As Supes, através de avaliação da sua Câmara Técnica, pode admitir a exploração florestal sem a apresentação do PMFS em propriedades com até 50 (cinquenta) hectares.

§ 2º. No caso de admissão de exploração florestal na forma mencionada no parágrafo anterior, a Câmara Técnica da Supes deve estabelecer normas específicas para apresentação, avaliação e controle.

§ 3º. A Diretoria de Recursos Naturais Renováveis — Diren, estabelecerá normas para constituição da Câmara Técnica mencionada no *caput* deste artigo.

Art. 3º. Para os casos não previstos no artigo 1º desta Portaria, em que a atividade principal obrigue o uso alternativo do solo, as solicitações para desmatamento devem ser encaminhadas ao Ibama para análise observando-se as disposições do Código Florestal equivalentes às áreas de preservação permanente previstas nos artigos 2º e 3º, de Reserva Legal prevista no artigo 16, bem como alínea *b* do artigo 14.

Parágrafo único. As atividades que obrigam o uso alternativo do solo, são aquelas destinadas à implantação de projetos de colonização, de assentamento de população, agropecuários, industriais, florestais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte.

Art. 4º. O interessado no desmatamento para uso alternativo do solo deve protocolar requerimento (Anexo I ou II) na Supes ou em uma de suas

Unidades Descentralizadas, contendo, obrigatoriamente, os seguintes documentos e informações:

a) Prova de propriedade ou justa posse, quando se tratar de terras públicas apresentar documento hábil expedido pelo Poder Público;

b) Contrato de arrendamento ou comodato, averbado à margem da matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente, quando for o caso;

c) Certidão de inteiro teor do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóvel com data de validade de até 30 (trinta) dias anteriores ao protocolo do pedido de autorização para desmatamento;

d) Comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR, atualizado;

e) Licença Ambiental, expedida pelo Órgão competente, quando for o caso;

f) Croqui de acesso à propriedade a partir da sede do município até a área solicitada para desmate;

g) Croqui da propriedade com área total de até 50 (cinquenta) hectares e planta topográfica para as áreas acima de 50 (cinquenta) até 150 (cento e cinquenta) hectares, somente para as regiões Centro-Oeste e Nordeste, locando a área a ser desmatada, em ambos os casos.

h) Mapa ou planta plani-altimétrica para as propriedades com áreas superiores a 50 (cinquenta) hectares para as regiões Sul e Sudeste e 150 (cento e cinquenta) hectares para as regiões Centro-Oeste e Nordeste plotando: cobertura florestal por tipologia, área desmatada e a ser desmatada, área de preservação permanente e de reserva legal (artigos 2º, 3º, 14 e 16 da Lei nº 4.771/65), sistema viário, hidrografia, confrontantes, coordenadas geográficas, escala, convenções, etc;

i) Comprovante de recolhimento do valor correspondente à vistoria técnica;

j) Cadastro de Informações Técnicas para Desmatamento (Anexo III), para propriedades acima de 50 (cinquenta) hectares nas regiões Sul e Sudeste e para propriedades acima de 150 (cinco e cinquenta) hectares nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, devidamente preenchido por profissional habilitado, acompanhado da respectiva ART pela sua elaboração e execução;

l) Declaração de Comprometimento (Anexo IV).

§ 1º. As propriedades com área total de até 50 (cinquenta) hectares em que a área a ser desmatada não exceder a 03 (três) hectares/ano fica isenta da exigência contida na alínea *i*.

§ 2º. É obrigatória a utilização do material lenhoso e de outras formas vegetais de interesse biológico/econômico, proveniente de derrubada para fins de uso alternativo do solo.

Art. 5º. A Supes, levando em consideração as peculiaridades locais, pode exigir a apresentação de Inventário Florestal nas áreas solicitadas para corte raso, de acordo com regulamentação a ser estabelecida.

Art. 6º. Para a concessão da Autorização para Desmatamento e definição da área de reserva legal, na vistoria técnica devem ser observados como requisitos os fatores relativos ao potencial dos recursos florestais, a fragilidade do solo, a diversidade biológica, os sítios arqueológicos, as populações tradicionais e os recursos hídricos.

§ 1º. Sendo detectada na vistoria que a propriedade não possui área de reserva legal, o proprietário deve apresentar ao Ibama, programa de recomposição de reserva florestal legal conforme o disposto no artigo 99 da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola)<sup>2</sup>.

§ 2º. Nas propriedades caracterizadas como ainda incultas na forma definida na alínea *b* do artigo 16 da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), só será permitido o desmatamento para uso agrícola, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da área da propriedade.

Art. 7º. À critério da Supes, considerando caso a caso, para emissão de Autorização de Desmatamento, poderá ser exigida a permanência de corredores (faixas) de vegetação natural objetivando o trânsito da fauna silvestre entre áreas de Preservação Permanente e/ou Reserva Legal e/ou Unidades de Conservação, inter ou intra propriedades, ou a promoção da descontinuidade do desmatamento de áreas extensas.

Art. 8º. A autorização para Desmatamento tem o prazo de validade de no máximo 01 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão.

Parágrafo único. Quando por fatores adversos a área não for desmatada no prazo concedido, a Autorização para Desmatamento pode ser revalidada pelo prazo de até 01 (um) ano, mediante a atualização de documentos e do recolhimento do valor correspondente a uma nova vistoria técnica.

---

<sup>2</sup> Vide Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, pág. 80, neste Tema.

**Art. 9º.** Para a concessão de nova Autorização para Desmatamento deve o interessado ter cumprido a Autorização anterior de acordo com a sua finalidade.

**Art. 10.** A concessão da Autorização para Desmatamento fica condicionada a apresentação do Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal (Anexo V) ou do Termo de Compromisso para Averbação de Reserva Legal (Anexo VI), devidamente averbado à margem da matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis competente.

**Art. 11.** O pedido para utilização da matéria-prima florestal remanescente na área desmatada, cuja Autorização para Desmatamento encontra-se vencida, deve ser protocolado na Supes ou em uma de suas Unidades Descentralizadas, mediante comprovação do recolhimento do valor correspondente a uma nova vistoria técnica.

§ 1º. Constatada pela vistoria técnica a existência da matéria-prima florestal, e após conferência do volume e da espécie, se for o caso, será expedida a Autorização para Utilização de Matéria-prima Florestal.

§ 2º. Fica proibida a antecipação de volume de matéria-prima florestal sem a devida expedição da Autorização para Utilização de Matéria-prima Florestal.

**Art. 12.** A Autorização para Desmatamento e a Autorização para Utilização de Matéria-prima Florestal, devidamente expedida pela Supes, constituem-se instrumentos de controle para a comprovação da origem da matéria-prima florestal.

§ 1º. A Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF somente será concedida ao comprador que estiver registrado no Ibama, mediante a apresentação da DVPF com firma reconhecida, ou ao detentor da Autorização para Desmatamento, quando este for o destinatário da matéria-prima florestal<sup>3</sup>.

§ 2º. A ATPF será fornecida com os campos 1 a 8 e 14 a 16 devidamente preenchidos e após a expedição da Autorização para Desmatamento e da Autorização para Utilização de Matéria-prima Florestal.

---

<sup>3</sup> Vide Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993, pág. 226, neste Tema.

**Art. 13.** Nas áreas revestidas por concentração significativa de babaçu *Orbygnia spp* será permitido o desmatamento de até 30% (trinta por cento) da propriedade, ressalvando-se as demais áreas protegidas por lei.

**Art. 14.** Ficam dispensadas da autorização para desmatamento as operações de limpeza de pastagens, de cultura agrícola e do corte de bambu *Bambusa vulgaris*.

**Art. 15.** Em casos especiais de controle fitossanitário, após inspeção realizada pelo Ibama ou pelo órgão estadual de meio ambiente, será emitida autorização para uso de produto químico destinado à supressão de floresta primitiva e demais formas de vegetação arbórea, ficando proibido o uso nos demais casos.

**Art. 16.** É proibido o corte e a comercialização do Pequizeiro *Caryocar spp* e demais espécies protegidas por normas específicas, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Parágrafo único. Não será permitida Autorização para Desmatamento para áreas onde houver a ocorrência natural de maciços florestais referidas no *caput* deste artigo.

**Art. 17.** Fica estabelecida para a região Nordeste, área mínima de reserva legal correspondente a 20% (vinte por cento) da área total da propriedade, excluídas as áreas abrangidas pela Amazônia Legal.

**Art. 18.** Fica dispensado o carimbo padronizado modelo 01, para o transporte de produto florestal nativo e carvão vegetal de origem nativa de acordo com o disposto no inciso I do artigo 12 da Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993, sendo obrigatório o uso da ATPF.

§ 1º. A ATPF será fornecida pelo Ibama com os campos de 01 a 08, devidamente preenchidos.

§ 2º. Na impossibilidade de se identificar o número da Autorização para Desmatamento/Manejo/Exploração, deve constar no campo 08 o número da Unidade/Subunidade.

**Art. 19.** A ATPF para transporte de produto florestal nativo e carvão vegetal de origem nativa, provenientes de PMFS e de exploração florestal, deve ser fornecida pelo Ibama, obedecido o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 desta Portaria.

**Art. 20.** Ocorrendo a transformação por incorporação, fusão, cisão, consórcio ou outra forma de alienação que, de qualquer modo, afete o contro-

le e a composição ou os objetivos sociais da pessoa jurídica, e ainda no caso de dissolução ou extinção da mesma, as obrigações por ela assumidas serão exigidas na forma da Lei.

**Art. 21.** O Ibama pode celebrar convênios, acordos ou contratos com pessoa física ou jurídica para o fiel cumprimento desta Portaria.

**Art. 22.** Os documentos exigidos nesta Portaria, quando apresentados em fotocópias devem estar devidamente autenticados ou conferidos no Ibama mediante apresentação dos originais.

**Art. 23.** Quando peculiaridades locais comportarem outras medidas não abrangidas pela presente Portaria, a Supes, editará instruções complementares, necessárias para seu fiel cumprimento.

**Art. 24.** O disposto nesta Portaria não se aplica às formas de vegetação que possuam normas específicas de exploração, especialmente o Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993<sup>4</sup>.

**Art. 25.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 26.** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 54, de 5 de março de 1987, a Portaria nº 39-P, de 4 de fevereiro de 1988 e a Portaria nº 170, de 17 de junho de 1988.

Raul Belens Jungmann Pinto  
Presidente

(DOU de 09.01.96)

---

<sup>4</sup> Vide Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, pág. 108, neste Tema.

**ANEXO I**  
**REQUERIMENTO**

Ilm.º Sr. Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, abaixo assinado,  
residente à \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_  
distrito de \_\_\_\_\_, (UF) \_\_\_\_\_ nacionalidade \_\_\_\_\_  
profissão \_\_\_\_\_ estado civil \_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ RG/Órgão  
Emissor/UF \_\_\_\_\_ a fim de preparar uma área para fins de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, requer a V. Sa. a AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAR \_\_\_\_\_ hectares  
em sua propriedade, com as características abaixo descritas, para o que faz a  
juntada da documentação exigida pela legislação vigente.

**I — Características da Propriedade**

- a) Denominação; \_\_\_\_\_
- b) Localidade; \_\_\_\_\_
- c) Município; \_\_\_\_\_ Distrito \_\_\_\_\_
- d) Situação; \_\_\_\_\_
- e) Áreas:
  - total: \_\_\_\_\_ ha
  - desmatada: \_\_\_\_\_ ha
  - a desmatar: \_\_\_\_\_ ha
  - explorada (uso atual do solo): \_\_\_\_\_ ha
  - de preservação permanente: \_\_\_\_\_ ha
- f) Limites:
  - ao Norte; \_\_\_\_\_
  - ao Sul; \_\_\_\_\_
  - a Oeste; \_\_\_\_\_
  - a Leste; \_\_\_\_\_

**II — Documentação da Propriedade**

- Expedido por: \_\_\_\_\_ Livro n.º \_\_\_\_\_
- Reg. n.º \_\_\_\_\_ Folha n.º \_\_\_\_\_

Documento do Incra:

- Protocolo \_\_\_\_\_ Matrícula \_\_\_\_\_



## III — Estimativa do Material Lenhoso

1- Serraria:	espécie:	m <sup>3</sup>	espécie:	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
2- Lâmina:	espécie	m <sup>3</sup>		
3- Lenha:	estéreo:			
4- Carvão:	mdc (metros de carvão):			
5- Postes:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
6- Esticadores:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
7- Palanques:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
8- Estacas:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
9- Outros (citar):				

## IV — Destino do Material Lenhoso

- ( ) - Utilização na própria fazenda  
 ( ) - Comercialização  
 ( ) - Doação  
 ( ) - Outros (especificar): \_\_\_\_\_

Nestes Termos pede Deferimento,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Requerente

- 
- Para propriedades menores ou igual a 50 ha — Regiões Sul e Sudeste
  - Para propriedades menores ou igual a 150 ha — Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

**ANEXO II**  
**REQUERIMENTO**

Ilm.º Sr. Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, abaixo assinado,  
residente à \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_  
distrito de \_\_\_\_\_, (UF) \_\_\_\_\_ nacionalidade \_\_\_\_\_  
profissão \_\_\_\_\_ estado civil \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ RG/Órgão  
Emissor/UF \_\_\_\_\_ a fim de preparar uma área para fins de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, requer a V.Sa. a Autorização para Desmatar \_\_\_\_\_ hectares  
em sua propriedade, com as características abaixo descritas, para o que faz a  
juntada da documentação exigida pela legislação vigente.

Nestes Termos Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Requerente

**ANEXO III**  
**CADASTRO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA DESMATAMENTO**

**01 - Qualificação do Proponente**

- 1.1. Nome:
- 1.2. CPF ou CGC:
- 1.3. Identidade:
- 1.4. Atividades principais:
- 1.5. Endereço residencial:

**02 - Identificação do Imóvel**

- 2.1. Denominação:
- 2.2. Área total da propriedade: \_\_\_\_\_ ha
- 2.3. Área da Reserva Legal \_\_\_\_\_ ha
- 2.4. Área de Preservação Permanente: \_\_\_\_\_ ha
- 2.5. Área a desmatar: \_\_\_\_\_ ha
- 2.6. Município:
- 2.7. Título de Domínio:

Número de registro:

Data do registro:

Livro:

Folha:

Cartório:

Município:

Estado:

**2.8. Confrontações:**

Norte:

Sul:

Leste:

Oeste:

2.9. Confrontações da Reserva Legal:

Norte:

Sul:

Leste:

Oeste:

2.10. Vias de Acesso e Condições de Tráfego (croqui)

03 - Características Fisiográficas da Região

3.1. Relevo:

3.2. Cobertura Vegetal por tipologia %:

3.3. Recursos Hídricos:

3.4. Unidade Pedogenética Dominante:

Fertilidade:

Permeabilidade:

Profundidade:

3.5. Precipitação Pluviométrica Anual

3.6. Período Seco:

3.7. Período Chuvoso:

04 - Justificativas técnicas

4.1. Objetivo do Desmatamento: (detalhado)

4.2. Destino do material lenhoso e de outras formas vegetais de interesse biológico/econômico proveniente do desmatamento:

05 - Espécies Arbóreas Dominantes

06 - Estimativa do Material Lenhoso:

1- Serrária:	espécie	m <sup>3</sup>	espécie:	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
	espécie	m <sup>3</sup>	espécie	m <sup>3</sup>
2- Lâmina:	espécie:	m <sup>3</sup>		
3- Lenha:	estéreo:			
4- Carvão:	mdc (metros de carvão):			
5- Postes:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
6- Esticadores:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
7- Palanques:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
8- Estacas:	m <sup>3</sup> ou dúzia:			
9- Outros (citar):				

07 - Orientação Técnica sobre Desmatamento:

08 - Elaboração do Cadastro:

- 8.1. Nome:
- 8.2. Profissão:
- 8.3. Endereço:
- 8.4. Registro no CREA:

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

O sr. ...., residente à  
....., município de  
..... distrito ..... (UF) .....  
CPF nº ..... - ..... RG/Órgão Emissor/UF ..... declara ao  
requerer autorização de desmate, assumir o compromisso perante o Instituto Bra-  
sileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama de obe-  
decer rigorosamente as instruções abaixo relacionadas, estando ciente de que no  
caso de inobservância das mesmas, ficará sujeito às penalidades previstas na le-  
gislação vigente:

1 - Conservar, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, uma faixa  
de floresta (ou outra forma de vegetação natural) em cada margem, desde o seu  
nível mais alto, cuja largura mínima seja:

a) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros  
de largura:

b) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez)  
a 50 (cinquenta) metros de largura:

c) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que meçam entre 50 (cinquen-  
ta) a 200 (duzentos) metros de largura:

d) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que possuem entre 200  
(duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura.

e) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura su-  
perior a 600 (seiscentos) metros.

2- Conservar floresta ou outra forma de vegetação natural situada:

a) Ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

b) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água",  
qualquer que seja a sua situação tipográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta)  
metros de largura;

c) No topo de morros, montes, montanhas e serras;

d) Nas encostas ou parte destas com declividade superior a 45°, equivalente  
a 100% nas linhas de maior declive;

e) Nas restingas, como fixadoras de dunas estabilizadoras de mangues;

f) Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do  
relevo em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; e

g) Em altitude superior 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

3- Respeitar a área de reserva legal, no limite mínimo de \_\_\_\_\_ % da área de cada propriedade, com cobertura arbórea localizada de floresta nativa primitiva ou regenerada.

4- Não empregar herbicidas desfolhantes (ou outro qualquer biocida no desmatamento).

5- Conservar intactos os exemplares da(s) espécie(s) botânica(s) \_\_\_\_\_, mesmo as formas jovens.

6- Proceder o desmatamento exclusivamente nas áreas autorizadas pelo Ibama nos termos da Autorização de Desmate nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, bem como respeitar a finalidade prevista.

7- Permitir livre acesso em sua propriedade, aos funcionários florestais no exercício das suas funções de vistoria e fiscalização dos trabalhos de desmatamento, em qualquer época.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Proprietário

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Nº \_\_\_\_\_ CPF/Nº \_\_\_\_\_

Assinatura:

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Nº \_\_\_\_\_ CPF/Nº \_\_\_\_\_

Assinatura:

**ANEXO V**  
**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE AVERBAÇÃO**  
**DE RESERVA LEGAL**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de ....., o  
Sr. ...., filho de  
..... e de  
..... residente .....  
..... município ..... distrito ..... (UF) .....,  
estado civil ..... nacionalidade ....., profissão .....  
CPF .....-.....RG/Órgão-Emissor/UF ..... legítimo proprietário do imóvel  
denominado ....., município de ..... neste estado  
registrado sob o nº ..... fls. .... do livro ..... de registro de imóveis,  
assume a responsabilidade de efetuar a averbação do presente Termo acompa-  
nhado de mapa ou croqui delimitando a área preservada à margem da inscrição  
da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente (Parágrafo 2º do arti-  
go 16 da Lei nº 4.771/65), tendo em vista o que dispõe a Portaria nº ..../  
em atendimento ao que determina a citada Lei e que a floresta ou forma de vege-  
tação existente, com área de ..... hectares, não inferior a ..... do total  
da propriedade compreendida nos limites abaixo indicados, fica gravada como  
de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração  
sem autorização do Ibama. O atual proprietário, comprometendo-se por si, seus  
herdeiros ou sucessores, e fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso.

**CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÃO DO IMÓVEL:**

---

---

---

---

**LIMITES DA ÁREA PRESERVADA**

---

---

---

---



Firma o presente Termo em 3 (três) vias de igual forma e teor na presença de testemunhas abaixo que igualmente o que será apresentado com mais duas cópias.

---

Proprietário

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Nº \_\_\_\_\_ CPF/Nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

---

Assinatura:

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Nº \_\_\_\_\_ CPF/Nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

---

Assinatura:

**ANEXO VI**  
**TERMO DE COMPROMISSO PARA AVERBAÇÃO**  
**DE RESERVA LEGAL**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de .....  
o Sr. ....  
....., filho de .....  
e de ..... residente .....  
..... município ..... distrito ..... (UF) .....  
estado civil ..... nacionalidade ..... profissão .....  
CPF .....-..... RG/Órgão-Emissor/UF ..... Posseiro do imóvel abaixo  
caracterizado:

Denominação da Propriedade: .....  
Município: ..... Distrito .....  
Área total: ..... hectares.

Limites e Confrontações:

---

---

---

---

Localização:

---

---

---

Documento de Posse:

---

---

---

**Esfera de Tramitação:**

---

---

---

Vem através deste Instrumento, declarar junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, que mantém a posse livre de contestação e litígios, do imóvel acima caracterizado, cujo processo de titularidade definitiva encontra-se em tramitação no órgão competente, comprometendo-se a proceder averbação da Reserva Florestal Legal, imediatamente após a emissão do documento hábil para o ato, conforme disposto na Lei nº 4.771/65, regulamentado pela Portaria nº ...../....., que veta o corte de 20% (vinte por cento) da superfície física do imóvel, obrigado-se por si e seus sucessores, por força de Lei e do presente instrumento, a não alterar a destinação comprometida, no caso de transmissão por venda, cessão ou doação, ou a qualquer título, comprometendo-se ainda a obedecer fielmente a legislação vigente, dando sempre por firme e valioso o declarado e compromissado neste documento, cuja quebra se configurará como desrespeito às Leis Florestais, sujeitando-se portanto o signatário desta, às implicações penais e administrativas decorrentes da infringência de preceitos legais, sem prejuízos das culminações por quebra de compromisso.

---

Assinatura do detentor da posse

**Testemunhas:**

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Nº \_\_\_\_\_ CPF/Nº \_\_\_\_\_

**Assinatura:**

Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Nº ..... CPF/Nº. \_\_\_\_\_

**Assinatura:**